

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 102456/2008	FUND. ESTADUAL MEIO AMBIENTE 55 FL. Nº
Divisão: PRM-12.03.08	
Mat.: Visto:	

**PROCESSO:** Nº 298/1996/004/2003

**INTERESSADA:** MINERAÇÃO MATHEUS LEME LTDA.

**REFERÊNCIA:** Pedido de Reconsideração Auto de Infração Nº 384/2003

### PARECER JURÍDICO

1 – A recorrente em epígrafe foi multada pela Câmara de Atividades Minerárias – CMI no valor de R\$ 18.621,75 com redução de 1/3 passando o valor para R\$ 12.414,50 por “causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte o u possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitat ou ao patrimônio natural ou cultural”.

2 – A recorrente foi devidamente notificada da aplicação da penalidade através do OF/COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA nº 1.406 e inconformada apresentou seu Pedido de Reconsideração, protocolado tempestivamente, onde em síntese alega que:

- a recorrente explora agalmatolito em lavra a céu aberto, sendo o desmonte primário com explosivos e o secundário com fogachos (explosivos) e rompedor hidráulico acoplado em retro-escavadeira sendo o beneficiamento realizado nas etapas de britagem, lavagem e classificação, rebritagem, moagem, classificação e ensacamento;
- é gerado um efluente em forma de polpa (sólidos + água), cujos sólidos tem granulometria abaixo de  $\frac{1}{2}$  e que estes afluentes até 1997, estavam sendo depositados em pilhas e depressões ao lado da usina de beneficiamento e as águas e lamas seguiam por gravidade até a drenagem existente;
- a partir de 1997, foi construído um sistema de decantação desses afluentes, construído por três barragens em série, interrompendo o lançamento desses efluentes no córrego das vacas;
- no sentido de recuperar os assoreamentos causados pela recorrente anteriormente, ficou acertado com o superficiário da área a recuperação do principal trecho erodido (aproximadamente 200 metros de extensão) à jusante da terceira barragem;
- em fevereiro de 1999 e julho de 2000, foram protocolados na FEAM relatórios de monitoramento, contendo as análises de águas a montante e a jusante do empreendimento, informando a limpeza periódica nas bacias e não era observado qualquer extravasamento de efluentes na barragem e que, a partir de 2001, os relatórios deixaram de ser enviados, uma vez que, inexistiam efluentes a serem monitorados;
- em fiscalização realizada em abril de 2006, constatou que a recorrente vinha realizando ações descritas de recuperação da área afetada, no entanto, o fiscal não comunicou à recorrente que não estaria de acordo com a metodologia adotada;

- existe uma diferença latente entre a descrição do ocorrido e o fundamento legal adotado, tal contradição fere o princípio da legalidade;
- no momento da vistoria que lavrou o auto de infração, a recorrente estava implantando um projeto para recuperação da área afetada, próxima às instalações do empreendimento, não há que se falar em ocorrência de degradação ambiental ou danos à saúde humana;
- a descrição do fiscal constata o lançamento de resíduo advindo do empreendimento, mas não há qualquer referência à ocorrência de degradação ambiental proveniente deste fato;
- o auto de infração deve ser anulado, estando comprovada a inoccorrência de degradação ambiental, caso seja mantida aplicação da penalidade, deve ser mantida a redução de seu valor base em 1/3 devido à recuperação imediata do dano;
- deverá ser considerada a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso, para conversão do valor da multa na obrigação de execução de medidas de interesse ambiental;
- por derradeiro, a recorrente requer seja descaracterizado o auto de infração nº 384/2003 não havendo relação entre o embasamento legal e a descrição da infração praticada e por não ter havido degradação ambiental e manutenção da atenuante com redução até um 1/3 e assinatura do Termo de Compromisso.

3 – O Parecer Técnico informa em síntese que o Pedido de Reconsideração não apresenta sob o ponto de vista técnico, nenhum fato novo que comprove a inoccorrência da degradação ambiental constatada e considerando que a empresa não executa um controle ambiental de bom nível, com ausência de banqueamento em algumas frentes; a presença de focos erosivos e de deficiências na drenagem de águas pluviais em alguns pontos da mina, dentre outros fatos, aliado a ausência de um planejamento adequado da lavra e com frentes abandonadas.

Sugere a manutenção da penalidade imposta, desconsiderando a proposta de assinatura do Termo de Compromisso.

## ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico as alegações apresentadas no Pedido de Reconsideração são insubsistentes, para descaracterizar a infração cometida, ou seja, exercer suas atividades operacionais causando degradação ambiental, sendo que a própria recorrente em seu Pedido de Reconsideração ratifica que os efluentes eram lançados no Córrego da Vaca.

Em relação à pretensão da recorrente em obter o benefício legal da redução da multa em até 1/3, este benefício já foi concedido quando da decisão que aplicou a penalidade de multa, descaracterizando a agravante e considerando a atenuante da redução em até 1/3, limitação da degradação ambiental.

Cabe ressaltar, por necessário, que a recorrente solicita a assinatura do Termo de Compromisso, devendo ser notificada do prazo de apresentação da proposta de adequação das irregularidades.

*Assinatura*

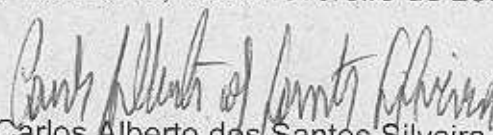


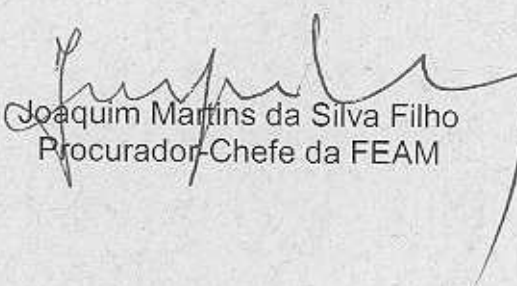


**FACE AO EXPOSTO** e considerando que a recorrente não apresentou nenhuma argumentação ou alegação nova, dados técnicos ou ponderações jurídicas, capaz de alterar ou modificar a decisão, opinamos pelo **indeferimento do Pedido de Reconsideração** apresentado, pela **Câmara de Atividades Minerárias do COPAM**, com a manutenção da penalidade de multa aplicada e a concessão da assinatura de Termo de Compromisso, mediante apresentação da proposta, no prazo a ser fixado pela referida Câmara, devendo o recorrente atender os requisitos estabelecidos pelo art. 64 do Decreto 44.390/06.

É parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2008.

  
Carlos Alberto dos Santos Silveira  
OAB/MG 49.746

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador-Chefe da FEAM